

A LUTA PEDAGÓGICA-POLÍTICA ENTRE RETÓRICA E FILOSOFIA: EM BUSCA DE UM CONCEITO DE
INFÂNCIA PARA APRISIONAR O OUTRO

Vinicius B. Vicenzi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

Este artigo pretende mostrar como sofistas e filósofos se apropriam do conceito de infância no diálogo *Górgias*, de Platão. O objetivo aqui é pensar como a imputação de infantil ao discurso do outro, sofista ou filósofo, é um ponto-chave para o estabelecimento de uma vitória de um discurso sobre o outro na história do pensamento ocidental. Pretende-se apresentar as diferenças entre as concepções que sofistas e filósofos têm da infância, mostrando, porém, que o objetivo discursivo dessas diferentes concepções tendem a um mesmo ponto: fazer com que o outro assumisse num lugar de heteronomia e, assim, não poder prescindir de ser ensinado por outrem, no caso, o discurso que se pretende adulto, não-infantil. De início, introduziremos a discussão que fazemos da infância em um mapa conceitual mais amplo, dado pelo projeto de pesquisa que trabalhamos no mestrado. Em seguida, analisamos o que significa falar como criança dentro dessa perspectiva. Passamos, então, à análise propriamente do diálogo *Górgias*, apresentando o conceito de infância como o argumento desqualificante da disputa política pelo papel de professor. Depois, discutimos as duas concepções de infância: a filosófica, que pretende mostrar como a retórica se ilude; e a retórica, que pretende mostrar como a filosofia fantasia. Analisamos, também, duas imagens infantis presentes no confronto de ideias do diálogo, a imagem do bicho-papão e a imagem da brincadeira e do jogo, a primeira imputada pelos sofistas aos filósofos e a segunda dos filósofos aos sofistas. Por fim, abordamos a necessidade do conceito de infância filosófica para o projeto pedagógico-político platônico e tentamos pensar se essa necessidade do conceito de infância não é uma marca de todo projeto pedagógico-político, de toda discussão política entre diferentes discursos.

Palavras-chave: Infância; luta política; filosofia; retórica; *Górgias*

Childhood as a Weapon in the Struggle Between Rhetoric and Philosophy in Plato's *Gorgias*.

Abstract:

This article intends to show how the “sophists,” in their argument with the “philosophers” in Plato’s *Gorgias*, appropriate the concept of childhood. The goal here is to think how the imputation of the “childish” to the other's discourse, sophist or philosopher, is a key point in the establishment of a victory of one discourse over the other in the history of western thinking. The paper also intends to present the differences between the sophistic and philosophical conceptions of childhood, showing, however, that the discursive goals of these different conceptions aim at the same end point: to make the other assume a status of heteronomy and, therefore, to accept being taught by the victorious discourse—in this case, the one that presumes itself to be adult, not-childish. I begin by locating the notion of childhood in a wider conceptual context than is usual, then consider what it means to “talk like a child” from this more expansive conceptual perspective. I then turn to the *Gorgias*, and present the concept of childhood as representative of the disqualified argument in the political dispute in Plato’s dialogue over the place of the teacher. I then discuss two conceptions of childhood in the dialogue: the philosophical one, which intends to show how rhetoric deludes itself; and the sophistic one, which intends to show how philosophy is a form of fantasizing. I also analyze two images commonly associated with children in the dialogue’s confrontation of ideas: the image of the “bogeyman,” and the image of play and gaming--the first imputed by sophists to philosophers, and the second imputed by philosophers to sophists. Finally, I address the platonic political-pedagogical project’s need for a concept of childhood as heteronomous, and consider whether this need is or is not a mark of all political-pedagogical projects, and indeed of all political discussion between contesting discourses.

Keywords: childhood; political struggle; philosophy; rhetoric; *Gorgias*

La lucha pedagógico-política entre retórica y filosofía: en busca de un concepto de infancia para aprisionar al otro

Resumen:

Este artículo pretende mostrar cómo sofistas y filósofos se apropian del concepto de infancia en el diálogo *Gorgias* de Platón. El objetivo es pensar cómo la imputación de infantil al discurso del otro, sofista o filósofo, es un punto clave para el establecimiento de la victoria de un discurso sobre el otro en la historia del pensamiento occidental. Se pretende mostrar las diferencias entre las concepciones que sofistas y filósofos tienen de la infancia, mostrando que, a pesar de esa diferencia, el objetivo discursivo de esas diferentes concepciones tiende a un mismo punto: hacer que el otro se considere en un lugar de heteronomía y, así, no pueda prescindir de ser enseñado por otro, en este caso, el discurso que se pretende adulto, no infantil. Inicialmente, introduciremos la discusión que hacemos de la infancia en un mapa conceptual más amplio, dado por los proyectos de investigación que seguimos en nuestro trabajo de maestría. Después, analizamos lo que significa hablar como un niño según esta perspectiva. Después, pasamos al análisis propiamente del diálogo *Gorgias*, presentando el concepto de infancia como el argumento descalificador en la disputa política por el papel del maestro. A continuación, discutimos las dos concepciones de infancia: la filosófica, que pretende mostrar que la retórica se engaña; y la retórica, que pretende mostrar que la filosofía fantasea. Analizamos, también, dos imágenes infantiles presentes en el confronto de ideas del diálogo, la imagen del bicho feo y la imagen del divertimento y el juego, la primera imputada por los sofistas a los filósofos, y la segunda, de los filósofos a los sofistas. Finalmente, abordamos la necesidad del concepto de infancia filosófica para el proyecto pedagógico-político platónico e intentamos pensar si esa necesidad del concepto de infancia no es una marca de todo proyecto pedagógico-político, de toda discusión política entre diferentes discursos.

Palabras clave: infancia; lucha política; filosofía; retórica; Gorgias

A LUTA PEDAGÓGICA-POLÍTICA ENTRE RETÓRICA E FILOSOFIA: EM BUSCA DE UM CONCEITO DE INFÂNCIA PARA APRISIONAR O OUTRO

Vinicius B. Vicenzi

Este artigo é fruto de um trabalho de pesquisa que desenvolvi em meu mestrado, no qual analiso o lugar central do que convencionamos perceber como fala e como não fala para o estabelecimento de uma pedagogia e de uma política fundadas no pensamento filosófico. A disputa fundacional grega entre sofistas e filósofos pelo sentido de fala e de não falas demonstra que a vitória teórica da filosofia precisa necessariamente anular os sentidos retóricos dos sofistas. O que desenvolvo aqui é uma discussão a partir do diálogo *Górgias* de Platão sobre o lugar da infância como um desses lugares de encarceramento do discurso do Outro, no qual o discurso do Outro é menosprezado. Imputar ao outro a pecha de “infantil” é aqui sinônimo de imputar-lhe uma heteronomia que o faz depender de um professor, sofista ou filósofo.

Na discussão que travamos na dissertação “Fala, gesto, silêncio: uma questão pedagógica – a discussão entre sofistas e filósofos pelo sentido e poder de ensinar”, defendida em fevereiro último, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mostramos outros lugares da não fala, como a loucura, bem como o sentido do que convencionamos perceber como fala, numa discussão lógica-ontológica entre sofística e filosofia. Aqui, porém, não podemos fazer mais do que apresentar um dos lugares da não fala, a infância. Perceber o conceito de infância, desse que não fala, ou que não fala propriamente, dentro da disputa política travada entre sofística e filosofia pelo lugar do professor, pelo lugar daquele que deve ensinar a infância, é o que almejamos nesse artigo. Com isso esperamos contribuir, nesse número da revista *childhood & philosophy*, com a discussão dos estudos da infância, mostrando como esse conceito é chave para o estabelecimento do que ensinar e de quem ensina, de que há discursos melhores que devem nos ensinar e discursos piores que devem se submeter a esse ensino, devem aprender com ele. A infância deve ser ensinada, é o lugar do ensinável, eis o que nos mostra já de início o pensamento ocidental, com o *Górgias* de Platão.

Falar como criança

A infância, como esse lugar-próprio da não fala, *infans*, só poderia mesmo estar na base da discussão sobre aqueles que falam, ou melhor, sobre aqueles que devem falar e, conseqüentemente, serem ouvidos¹. Estar a infância na “infância”² da discussão pelo papel de professor parece-me uma daquelas coincidências que nos fazem abrir um sorriso, de orelha a orelha, um sorriso curiosamente “infantil”. A questão, no entanto, é analisar que infâncias são essas, o que a interdição da fala representa nessa disputa e que papel jogam essas interpretações da infância para o “esquecimento” da fala do outro. A não fala atua como o “Não Ser”, objeto explícito de divergência entre filosofia e retórica, haja vista o *Poema*, de Parmênides, e a sua réplica, o *Tratado do Não-Ser*, de Górgias? E, assim, é a infância o reflexo político e pedagógico do que o “Não Ser” representa para a ontologia?

A infância como argumento desqualificante na disputa política pelo papel de professor

A grande disputa travada entre filósofos e sofistas no campo da educação grega pode ser resumida na seguinte imputação: qual dos dois discursos é infantil? Os sofistas, explicitamente retóricos como Polo e Cálicles, acusam Sócrates de ser mais incapaz que uma criança ao argumentar, e Sócrates, por sua vez, vê nos sofistas a ingenuidade de uma criança que escolhe mais pela aparência, pelo prazer, do que pela verdade. Por que, então, essa disputa pela infância? Por que o debate giraria em torno desse tema? Resumir a disputa política entre filósofos e sofistas pela educação a partir do tema da infância não é isso também uma operação ingênua? Não haveria outros fatores em jogo? Possivelmente, mas não interessará aqui superar a ingenuidade, se é que isso é possível. Talvez a grande

¹ “Em geral *infans* podia designar criança em idade muito mais avançada que aquela em que 'não falam', de modo que essa denominação é usual para as crianças até os sete anos. Assim, *infans* pode designar a criança no sentido ordinariamente reservado a *puer*. Na verdade são encontrados usualmente usos de *infans* referindo-se a pessoas que se aproximam dos treze ou quinze anos. Então, podemos entender que *infans* não remete à criança pequena que não adquiriu a capacidade de falar, mas se refere aos que, por minoridade, não estão ainda habilitados para testemunhar nos tribunais: *infans* é assim 'o que não se pode valer de sua palavra para dar testemunho' (CASTELLO, L. A., 2007, p. 52).

² O diálogo *Górgias*, que inaugura propriamente a discussão entre filosofia e retórica apresenta interessantes e instigantes lugares da infância, imagens nas quais uma e outra tradição pretendem encerrar o seu adversário. Por isso dizemos que a infância está na “infância” da discussão sobre o papel de professor.

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

ingenuidade pela qual passe o pensamento seja justamente essa tentativa de completude, de *epistéme* para além da mera *dóxa*. Mas, então, o que garante que essa perspectiva curiosa pela qual procuramos ver o problema entre filósofos e sofistas seja uma boa perspectiva? Ao final do texto, ao final dessa brincadeira, talvez possamos assegurar melhor se valeu ou não.

As referências à infância ao longo do diálogo *Górgias*, de Platão, são muitas e curiosamente trazem sempre um caráter negativo. Curioso não porque seja uma novidade aliar infância com menoridade, com menos, com pouco, ou, até mesmo, com falta. O curioso é a recorrência frequente a essa associação do outro ao infantil. Por que a desqualificação do argumento do outro passa sempre pela infância? A questão parece necessitar de dois enfrentamentos. Em primeiro lugar, por que a necessidade de desqualificação e, segundo, por que a desqualificação incide sobre a infância. Veremos que esses dois pontos convergem, mas antes será interessante abrirmos a questão. A necessidade de desqualificar o adversário parece residir no fato de que, primeiro, a filosofia precisa distinguir-se como discurso frente ao solo em que germinou, isto é, precisava distinguir-se da retórica, da sofística. Lembremos que Sócrates era identificado por muitos em seu tempo como um sofista³. Segundo, a desqualificação do outro mostra-nos que, talvez, a disputa que a filosofia pretende operar como uma questão gnoseológica, de mera disputa sobre o que significa conhecer, em que pesa uma tentativa de neutralidade na disputa, ou melhor, de um uso apenas de recursos lógicos, válidos, necessite, sim, de artifícios “pouco lógicos”. Se quiséssemos radicalizar, até falaciosos, pois a desqualificação não passa de um *argumentum ad hominem*, isto é, uma falácia cometida

³ Aristófanes, nas *Nuvens*, por exemplo, o caracteriza de forma muito parecida com os sofistas (*Nuvens*, 218-260), sendo procurado por Estrepsíades para “aprender a falar” (ibid., 240), para que Sócrates lhe ensine um raciocínio que seja capaz de fazer com que não devolva nada em suas dívidas (ibid., 245), um argumento sofístico, portanto, pois trata-se de um raciocínio útil à sua defesa. O próprio Sócrates, na peça, diz iniciar Estrepsíades para que se torne “escovado na fala, charlatão, uma flor de farinha!” (ibid., 260). Também em Platão, o jovem Hipócrates do *Protágoras* procura Sócrates, para que o introduza no círculo do Sofista recém-chegado (*Protágoras*, 311a), de onde se pode concluir que Sócrates era considerado pelos seus concidadãos como alguém reconhecido pelo círculo dos sofistas, próximo a ele. E no mesmo diálogo, o porteiro de Cálías barra a entrada dos dois visitantes, Sócrates e Hipócrates, por considerá-los “outros sofistas” (ibid., 314d), alegando que a casa já estava cheia deles. Mesmo que Sócrates diga ao porteiro que “não viemos ver Cálías nem somos sofistas” (ibid., 314e), a conclusão rápida do homem comum grego, como o porteiro exemplifica, de que qualquer um que dialogue sobre temas para se pôr de “acordo um com o outro” (ibid., 314c) é um sofista mostra bem o quanto filosofia e sofística eram “confundidas”. Ver também a esse respeito KERFERD, G.B. 2003, p. 62 em que diz que “o método socrático, mesmo que possa ter se originado com Sócrates, não obstante originou-se dentro do movimento sofista, porque o próprio Sócrates fazia parte desse movimento”.

quando alguém responde a algum argumento com uma crítica a quem fez o argumento, e não ao argumento em si. Mas é bom lembrar que essa sofisticação lógica só viria à tona em definitivo com os medievais, devedores da lógica aristotélica, que, aqui, em Platão, apenas é esboçada. Será preciso Sócrates vencer os sofistas para que possamos falar em lógica, ao menos em sentido forte. No entanto, a vitória da lógica talvez se deva a alguns recursos ilógicos, como a desqualificação do adversário. Contraditório Sócrates? De jeito nenhum. Obviamente que a desqualificação socrática não passará pela acusação direta. Sócrates não é ingênuo, ingenuidade que nada tem de infantil nesse caso. O filósofo tentará desqualificar seu adversário, sofista, acusando o seu ofício, indiretamente. E é exatamente nesse ponto que necessita da infância.

A infância filosófica: a retórica se ilude

A infância surge como o conceito necessário para que a desqualificação da sofística não passe pelo ataque pessoal, pela disputa, trabalho da sofística. A infância é a chave do argumento socrático de desqualificação, simplesmente porque permite a Sócrates associar o sofista à criança e, com isso, o ataque socrático passa a ser indireto, aliás, como é toda a estratégia de disputa filosófica. A infância surge como a analogia necessária para que Sócrates não seja acusado de ilógico, de falacioso. Sócrates está apenas associando o trabalho sofístico ao que fazem as crianças que, irrefletidamente, escolhem e tomam decisões sem “saber” o quê, “na verdade”, estão escolhendo. É por isso que é Sócrates quem primeiro faz referência à infância no diálogo quando diz que “a cozinha toma a aparência da medicina, fingindo conhecer os alimentos que são melhores para o corpo, de tal maneira que, se coubesse a crianças, ou a homens tão pouco razoáveis como as crianças, decidir qual dos dois, médico ou cozinheiro, conhece melhor a qualidade boa ou má dos alimentos, o médico acabaria por morrer de fome”. (*Górgias*, 464d).

É curioso notar que a imputação de “infantil”, como desqualificante, que num primeiro momento pareceria ser um recurso retórico, apareça na primeira vez pela boca do filósofo. E a infância aqui está associada principalmente a dois aspectos, à aparência e à pouca racionalidade para decidir, dois aspectos fundamentais da teoria platônica. A infância é assim o lugar em que a aparência e a pouca racionalidade se juntam, o lugar em

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

que será possível a Sócrates defender, por exemplo, que a aparência é o lugar do engano. São as crianças, já que não fala “infância”, fala “crianças” [*païdes*, em grego], quem vive na aparência e decide equivocadamente justamente por isso. O interessante seria perguntar hoje: qual o problema da aparência? Não decidimos sempre baseados na aparência? O que existe para além da aparência, a essência? Não é o cozinheiro realmente quem conhece melhor a qualidade dos alimentos, afinal de contas é graças a ele que comemos e gostamos de comer? Obviamente que Sócrates discordaria de tudo isso. A sua intenção é justamente mostrar o quão problemática é a aparência. Diria simplesmente que o cozinheiro nos oferece a qualidade “aparente” dos alimentos, isto é, agrada-nos aos sentidos, ao prazer, mas não nos oferece a qualidade “real” dos alimentos, isto é, não conhece verdadeiramente se aquela comida apetitosa é saudável, se aquela combinação de alimentos nos traz mais benefícios ou malefícios para nossa saúde. Isso, obviamente, é tarefa do médico, que conhece os lipídios, carboidratos, proteínas, etc., que compõem os alimentos. Obviamente que Platão não conhecia esses “ingredientes”, mas a ciência moderna, nesse caso a nutrição, nada mais é do que o médico platônico do exemplo.

Não é estranho, também, notar nessa passagem alguns lugares-comuns por onde a infância habitará. As crianças não podem decidir sozinhas porque decidirão sempre em função da aparência, isto é, do prazer e do engano. Será preciso submetê-las a um especialista, a um “médico”, os pedagogos e licenciados, capazes de saber qual a qualidade melhor ou pior dos alimentos. O interessante é notar as razões alegadas por Sócrates, na passagem, para cultivarmos essa prática de anos. Há alguns termos e ligações interessantes. Primeiro, quando diz que “a cozinha toma a aparência de medicina”. Que cozinheiro se pensou um médico? Certamente não podemos tomar isso ao pé da letra, como nada em Platão. E segundo, quem disse que se coubesse a crianças decidirem quem conhece melhor a qualidade dos alimentos, isso implicaria a morte do médico? Que sentido tem também essa frase? Certamente não podemos entendê-la literalmente, já que segundo a própria lógica que fundará Platão e seu fiel discípulo Aristóteles, o conseqüente, isto é, a morte do médico, não se segue necessariamente do antecedente, das suas razões, isto é, da escolha das crianças sobre o conhecimento dos alimentos. O silogismo falha. Essa “morte” só pode ser entendida, portanto, alegoricamente, ou seja, como uma outra coisa. A morte metafórica a que se refere Platão obviamente não é a morte

por comida, a morte de um indivíduo, o médico, mas a morte da medicina. Isto é, se for dado “a crianças, ou a homens tão pouco razoáveis como as crianças”, para o interesse de Platão mais os segundos que os primeiros, a prerrogativa da escolha, da decisão – e aqui não estamos falando de alimentos, mas simplesmente de quem conhece, do que é conhecimento – aí então a medicina, isto é, todo discurso epistêmico, racional, em especial a filosofia, não sobreviverá. Portanto, o que está em jogo no uso do termo “infância” no *Górgias* de Platão é a própria vida da filosofia.

Curioso que a infância defina a vida ou a morte da filosofia. Nada pequeno o papel dos pequenos na argumentação de Platão para vencer os sofistas, esses “homens tão pouco razoáveis como as crianças”. O adversário socrático-platônico surge pela primeira vez no texto. Sócrates não lhe dará o nome usual, próprio, esses homens nunca serão chamados de oradores ou sofistas. A imputação de “infantil” a esses homens será para sempre indireta, e, assim, Sócrates estará salvo de ser considerado falacioso, salvo de uma vez por todas da imputação de ter cometido argumentos *ad hominem*. Grande Sócrates e grande Platão, sofistas indiretos. Garantem a desqualificação do adversário pela analogia, desqualificando o seu ofício. O máximo de explicitude que fará Sócrates, do contrário não se perceberia a quem está a desqualificar, é dizer que a cozinha está para a medicina, assim como a retórica está para a justiça. Com essa regra de três, devedora da matemática, Sócrates pretende encerrar a retórica como uma adulação, como algo que visa somente ao agradável, sem a preocupação do melhor, e que não está por isso fundada na razão. A retórica passa a ser uma bajulação de indivíduos pouco razoáveis, como aquela criança que fica na barra das calças dos pais, importunando a vida, o universo “adulto”.

A infância retórica: a filosofia fantasia

Obviamente que os retóricos não se reconhecem nessa posição. Polo busca exemplos da vida cotidiana para mostrar a Sócrates que não é dessa forma que os oradores são considerados. Pelo contrário, são admirados pelos seus feitos. Sócrates claramente não valida esse tipo de “argumento”. Exemplos empíricos não tocam o problema do que seja a retórica. Para ele, voltamos a cair na armadilha da aparência, os exemplos cotidianos são aparentes, a questão reside no que ficar estabelecido pelo diálogo. Polo, então, busca

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

refúgio novamente na infância, agora uma nova infância, a infância retórica. Acusa explicitamente que até uma criança era capaz de demonstrar a Sócrates que não fala a verdade⁴. Sócrates, para a retórica, é mais ingênuo que uma criança ao defender que é pior praticar a injustiça, do que sofrê-la, objeto da discussão sobre o “poder” dos oradores. Polo discorda veementemente dessa posição, alegando que havia exemplos bem recentes para refutar essa tese socrática, já que muitos homens que praticavam a injustiça eram felizes. Por isso chama Sócrates de infantil, vê em Sócrates um poder de argumentação mais fraco do que o de uma criança. Não é esse conceito de infantil o mesmo que o de Sócrates no diálogo? Não é a pouca capacidade “racional” a característica distinta das crianças? É a infância da retórica, em suma, diferente da infância da filosofia?

A questão parece incidir no que significa “pouca capacidade racional” em ambos os casos. Sócrates vê na racionalidade a possibilidade de uma escolha correta e verdadeira a respeito das coisas e, por isso, vê no infantil uma pouca racionalidade, já que escolhem baseados no prazer, na aparência, no erro, em suma. Os retóricos, em especial nesse caso, Polo, vê na “capacidade de demonstrar”, já que não usa o termo “racional”, a possibilidade de falar do que existe, do que é verdadeiro e, por isso, vê na infância a ingenuidade de ver coisas que não existem, de fantasiar. Interessante ver como usos tão similares adquirem tonalidades diferenciadas, abrindo-nos os significados por onde caminhou e caminha a infância. A infância da retórica joga-nos no campo da fantasia, da irrealidade, ilusão que é diferente da ilusão da aparência, a que alega Sócrates. Se ambas as infâncias assumem uma valoração negativa, são ilusões, a interpretação que nos oferecem nos permite habitar mundos distintos. A questão que oferece a infância para a filosofia e para nós todos, de uma maneira geral, é: que mundos são esses? Quantos mundos existem?

Não é de se estranhar que Platão vá postular dois mundos, um da aparência e outro da transcendência. Ainda que discutamos contemporaneamente sobre o que significam esses mundos, onde estariam, a infância parece ser um interessante portal de entrada para essa questão. A pouca racionalidade das crianças demonstra que elas estão presas somente num mundo, no mundo da aparência, ainda não atingiram pela maturidade racional a

⁴ Pólo: “És um adversário difícil de refutar, Sócrates, mas neste caso até uma criança era capaz de demonstrar que não falas verdade!” (*Górgias*, 470c).

capacidade de ver a pertinência dos dois mundos e, por isso, escolhem enganadas. Será a partir da aprendizagem, da rememoração, que adquirirão o conhecimento de que existem dois mundos e que devemos escolher mediante o mundo da transcendência, do bem, do belo, do verdadeiro, da metafísica, em suma. Para a retórica, pelo contrário, só existe um mundo, o mundo concreto da experiência diária, dos exemplos que Polo alega a todo instante. A pouca racionalidade das crianças, a sua falta de poder de demonstração, só nos mostram que vêem coisas que não existem, que são ingênuas e que precisam adquirir os instrumentos necessários para poderem combater de igual para igual, sobrepor a ingenuidade para habitar um mundo de disputa, de guerra, onde os mais fracos padecem.

Lugares tristes para habitar a infância? Perspectivas igualmente sofríveis de educar a infância? Difícil tomar partido na disputa pedagógica entre sofistas e filósofos para educar a infância? Talvez, ambas preveem a superação da infância, uma para um mundo adulto de luta, de competição, instrumentalizado, outra para um mundo estritamente racional, de escolhas ajuizadas, acertadas. Talvez todas as tentativas de fundamentação da pedagogia residam ainda nessa disputa. Que mundo é esse para o qual educamos? Não é essa uma das primeiras perguntas pedagógicas? Dependendo da concepção que temos faremos um ou outro tipo de pedagogia, de ensino. Era isso exatamente que sabiam nossos “sábios” amigos, filósofos e sofistas. Por isso a disputa. Talvez queiramos outros mundos, que não os desenhados aqui. Talvez existam, talvez não. Resta, no entanto, como mostra a disputa, tentar pensá-los. E pensar significa, nesse caso, disputar, achar brechas. Não se chega a fundamentações por desejo, por vontade, por misturas mais ou menos inócuas, fracas, na tentativa de nos acalmar, de nos confortar em nossas perturbações iniciais frente ao mundo. Buscar simplesmente uma teoria que nos conforte é morrer para o pensamento. Pensar a teoria que nos dá o caminho para educar é disputar na linguagem que mundo existe. Tarefa difícil? Muito. Impossível? Não, Sócrates e os oradores presentes em *Górgias* nos mostram que não. Com estratégias diferentes, a filosofia mais irônica, a retórica mais descritiva, a disputa prossegue.

1ª Imagem Infantil: O Bicho-Papão

A infância, no entanto, não aparece apenas como um conceito disputado. Imagens infantis também aparecem no texto. Sócrates lança mão de uma imagem comum ao universo das crianças, o bicho-papão, para mostrar o quanto o “argumento” dos retóricos, como Polo, é fraco. Mas como assim? Como é possível ao respeitado filósofo Sócrates falar em bicho-papão? Um texto filosófico tão importante como o *Górgias* impregnado de uma alegoria infantil? Será uma infância “positiva” em Sócrates? Para além do positivo ou negativo, o argumento socrático vale pela sua força de disputa, isto é, pela força discursiva que traz a novamente colocar a retórica na infância, na infância do pensamento, como um discurso para assustar criancinhas. Mas por que essa resposta socrática? O que diz Polo de tão absurdo? Diz simplesmente que “se um homem é apanhado numa conspiração criminosa contra um tirano, pelo que, logo a seguir, o torturam, lhe cortam os membros, lhe queimam os olhos, o submetem, enfim, a toda a casta de martírios, vendo inclusivamente aplicar o mesmo tratamento aos filhos e à mulher, e sendo por fim, crucificado ou, coberto de pez, queimado vivo, será este homem mais feliz do que se conseguisse escapar e viesse a tornar-se tirano, para levar toda a vida à frente da cidade, satisfazendo as suas vontades e sendo objeto de inveja dos cidadãos e dos estrangeiros, que o considerariam um homem feliz? E é isto que tu achas impossível de refutar?” (*Górgias*, 473c-d).

O discurso de Polo é absurdo, aos olhos de Sócrates, por dois motivos. Primeiro, pelo uso abusivo de imagens fortes, de impacto no ouvinte, e, segundo, porque considera o assentimento dos outros como prova da existência do objeto em questão, ou seja, a inveja e a consideração dos outros de que a pessoa é feliz garantiriam a sua felicidade. É por isso que Sócrates, ironicamente, irá dizer que “há pouco apresentavas-me testemunhas, agora queres assustar-me com um papão, bom Polo, e nada de me refutar” (*ibid.*, 473d).

O que está em jogo, portanto, são as formas de argumentação e refutação. A infância aparece mais uma vez como o universo segundo o qual é possível enclausurar o outro. Há um discurso adulto e um discurso infantil. E como aqui se quer um discurso adulto, toda vez que um dos oponentes resvalar pelo discurso infantil, pelo universo infantil, poderíamos dizer até, pela literatura infantil, já que o papão é um personagem desse universo, será desclassificado. A resposta socrática mostra-nos uma perspectiva de classificação do discurso que é interessante pensarmos também. Até que ponto o discurso

pode ser repartido em universos, infantil e adulto? Um uso aterrorizante do discurso, como o de Polo, é um uso infantil? É ilícito usar desses artifícios numa conversa séria, argumentativa? Aqui vemos presente novamente um esboço de uma certa lógica que eliminará do discurso todo caráter emotivo da linguagem, com o que teremos as divisões e subdivisões dos saberes em áreas, em classes específicas, um problema até hoje. Deixando isso um pouco de lado, a questão é que a acusação de infantil à retórica novamente surte um efeito positivo para a batalha de Sócrates. Tão positivo que Sócrates consegue que Polo se submeta ao método filosófico, à maiêutica socrática, à sua experiência de argumentação sem muita rebelião, concedendo por fim o grande princípio socrático bom=belo/mau=feio, com o que Sócrates prova que cometer injustiça é pior do que sofrê-la.

2ª Imagem Infantil: A brincadeira, o jogo

Indignadíssima, eis que surge a infância, pela terceira vez, agora na boca de Cálicles: “Diz-me, Querefonte, Sócrates está a falar sério ou a brincar?” (*Górgias*, 481b), com o que Querefonte lhe sugere perguntar ao próprio Sócrates. O interessante é que a infância surge agora com Cálicles em referência à brincadeira. Num primeiro momento, pareceria que não necessariamente a infância está em questão aqui com Cálicles, mas como depois surge a discussão sobre a idade específica do filosofar, ao olhar de Cálicles, algo pueril, vemos que é a infância mesmo o que está em questão novamente. Mas por que a brincadeira? Por que é a brincadeira que agora assume o papel principal no cenário de disputa da infância? Cálicles parece usar a brincadeira como um recurso parecido ao do “bicho-papão” socrático. Da mesma forma como Sócrates critica o uso infantil da linguagem por parte de Polo, Cálicles acusa Sócrates de também estar sendo infantil na forma como argumenta, de brincar com as palavras. No entanto, diferentemente do “bicho-papão”, que era um discurso *para* as crianças, a brincadeira é um discurso *das* crianças. Não se trata aqui de uma literatura infantil, a menos que se entenda uma literatura das crianças. Mas será que a argumentação socrática é uma literatura das crianças? Que sentido tem essa afirmação, se o próprio Sócrates critica os adversários quando fazem uso de uma linguagem infantil? Será que Sócrates critica um tipo de

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

infância em detrimento de uma outra infância? Será que Sócrates pratica a infância, brinca? Em primeiro lugar, é importante vermos qual é a brincadeira de Sócrates segundo Cálicles. Sócrates brinca porque “dizendo que buscas, orientas na realidade os teus discursos para estas vulgaridades de tribuna, os teus princípios, que não são belos por natureza, mas apenas por convenção” (ibid., 482e). Cálicles, de forma perspicaz, percebe o jogo socrático, a brincadeira que Sócrates joga para enredar seus adversários em contradição. A brincadeira socrática opera, segundo Cálicles, uma artimanha de jogar em dois campos, em dois tabuleiros distintos. Se o adversário está falando do ponto de vista da convenção, ou seja, da lei, Sócrates interroga do ponto de vista da natureza. Quando o adversário fala do ponto de vista da natureza, Sócrates interroga segundo a convenção. E o que significa esse jogo em dois tabuleiros? Para o leitor acostumado com a filosofia, é a oposição *nómos versus physis* que está aqui em questão. E como Cálicles percebe as artimanhas socráticas? Explica que o erro de Polo, que o fez cair frente ao jogo socrático, foi justamente que enquanto falava de que no domínio da natureza é mais feio sofrer injustiça, ou seja, é mais desvantajoso para o indivíduo sofrê-la, Sócrates deslocava o tema para a convenção, isto é, colocava a discussão do ponto de vista do que se deve fazer, do correto. A brincadeira de Sócrates, no entanto, deve ser levada a sério, segundo o filósofo e seus discípulos posteriores. O que o filósofo deseja é justamente desfazer essa dissociação entre natureza e convenção, tentando mostrar que para o ser humano essas coisas andam juntas, ou seja, que do ponto de vista humano não se deve separar o que é correto segundo a natureza, segundo nossas vontades, desejos, inclinações, e o que é correto segundo uma convenção, segundo uma construção, mais ou menos arbitrária. Sócrates pretende mostrar, com a sua brincadeira, que o que é correto é correto segundo um princípio que não é nem de convenção, cultural, poderíamos dizer, nem natural, no sentido das nossas paixões, dos nossos sentimentos espontâneos. E é esse princípio o único objetivo da brincadeira socrática: fundar as ações humanas numa metafísica, isto é, fundar as ações humanas num universal, independente de qualquer contexto cultural, fundar, enfim, a filosofia em distinção aos outros saberes.

A brincadeira socrática, portanto, deve ser levada a sério, segundo a filosofia. Segundo a retórica, não passa de um jogo ardiloso de Sócrates e seus comparsas. Sócrates está a brincar, é uma criança, segundo Cálicles, porque prega peças, porque é sapeca,

trapaceia no jogo dos adultos. No caso, na forma de argumentar. Interessante imagem da infância, esta que surge com o terceiro interlocutor. A infância é agora relacionada ao desrespeito, à artimanha, à trapaça. As imagens, antes ligadas a uma passividade, agora parecem adquirir um caráter mais ativo. A criança não é menos que um adulto, a criança é, no mínimo, igual a um adulto, inteira, é capaz de um saber, de um saber jogar, ao menos. E como fica a filosofia, fica Sócrates preso a essa infância? É Sócrates essa criança sapeca?

Cálicles certamente pensa que sim. Diferente dos seus parceiros retóricos anteriores, presentes no diálogo – Górgias e Polo – que, segundo ele, tiveram vergonha de defender suas posições e, por isso, caíram no jogo socrático, Cálicles é certamente o mais agressivo e o mais direto adversário. Depois de defender inclusive que as leis são frutos do desejo dos mais fracos, segundo a natureza obviamente, numa clara antecipação da moral de escravo nietzscheana⁵, o retórico acusa diretamente Sócrates. Diz explicitamente que

quando um homem já maduro se ocupa ainda da filosofia, a coisa torna-se ridícula, Sócrates, e o que eu sinto em relação a uma pessoa dessas é algo semelhante ao que me inspira o espetáculo de um homem que balbucia e brinca como uma criança (ibid., 485b).

A infância surge mais uma vez como o lugar da desqualificação do adversário. Só que dessa vez é a retórica de Cálicles que pretende enclausurar a filosofia nessa posição, passível de repúdio. A filosofia, praticada por um adulto, como Sócrates, é infantil, nesse sentido. A filosofia é balbuciante, é a fala daqueles que estão aprendendo ainda a falar. Para a retórica, a filosofia de Sócrates está ainda no maternal, no jardim de infância do uso das palavras. Cálicles claramente fala desde o ponto de vista etário, das gerações, do desenvolvimento. Diz que quando vê uma criança a balbuciar e a brincar, acha agradável, considerando desagradável se ela usasse corretamente a linguagem. Do mesmo modo a filosofia numa criança ou num jovem é uma atitude encantadora, mas quando perdura pela fase adulta torna-se preocupante, digna até, segundo Cálicles de “riso e chicote” (ibid., 485 c-d). Não estranhemos a pedagogia corretiva de Cálicles. Para um defensor da lei do mais forte, nada mais coerente do que a violência como “método educativo”, sem

⁵ “Quanto às leis estou convencido de que são feitas pelos fracos e pela grande massa, que agem exclusivamente em seu interesse, fixando o que é digno de louvor e o que é digno de censura. Para assustarem os mais fortes, aqueles que têm possibilidades de se superiorizarem, e para não se deixarem ultrapassar por eles, dizem que toda a superioridade é vergonhosa e injusta e que a injustiça não é mais do que querer estar acima dos outros. Como não têm valor, sentem-se felizes, creio eu, por colocar todos ao seu nível” (*Górgias*, 483b-c). Cf. também a esse respeito NIETZSCHE, F. 1996.

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

desconsiderar que estamos num período de senhores e escravos. O importante é ver também na exposição da pedagogia de Cálicles a pintura por parte de Platão do estereótipo do adversário da filosofia. Nunca saberemos se a posição de Cálicles era tal qual insinua Platão. O ponto-chave é que os seus “argumentos” tornam-se o adversário ideal para Sócrates brincar, troçar.

A violência com que Cálicles fala permite ao irônico Sócrates pedir com muita delicadeza para que ele lhe ensinasse com mais brandura, para que não tivesse de sair de sua escola. O irônico e “rebelde” Sócrates só pode zombar de Cálicles e, por conseguinte, da retórica, porque seu adversário levanta o tom do combate. E a subversão socrática, a razão da troça, como o próprio diz, reside exatamente no fato de Cálicles tê-lo chamado de infantil. É a resposta, segundo Sócrates, à troça que Cálicles faz ao usar uma fala de uma peça de Eurípedes que diz: “Descuras [...] aquilo que mais te devia importar e muito embora o teu espírito seja nobre por natureza, distingues-te sob uma forma pueril” (ibid., 486a). Poderíamos nos perguntar por que Sócrates se revolta tanto com a afirmação de Cálicles. O que a infância produz de revoltante em Sócrates? Se o jogo socrático era realmente infantil, por que não se poderia afirmar isso categoricamente? Aqui se abrem, parece, duas questões. Primeiro, Sócrates talvez não concordasse que era um jogador, ou melhor, que o seu método possuísse um aspecto infantil, de brincadeira. Era coisa séria mesmo, coisa de adulto, de gente grande, do melhor que os grandes podiam produzir, a filosofia como o ápice do humano. Segundo, talvez Sócrates irrita-se porque Cálicles justamente percebe o seu ponto fraco, o seu calcanhar de Aquiles, que não poderia ser dito. Era como desvendar o blefe. Tornar explícito algo que era para ficar no implícito, tornar evidente, claro, o camuflado.

A questão pela infância volta, assim, a ter um papel decisivo no embate entre sofistas e filósofos. Depois de muitos argumentos de ambos os lados, qualquer tentativa de imputação de infantil continuava sempre objeto de repúdio instantâneo. Com o que ficamos novamente com a pergunta: o que essa infância traz de perigo, de arriscado? Por que tanto Sócrates como os retóricos não querem se ver aliados a essa figura, a do infantil? Uma resposta simples seria de que ser taxado de infantil não é agradável a nenhuma pessoa. Mas a pergunta pode ser ainda apresentada. Por que o “infantil” é motivo sempre de revolta, por que as posições têm de ser sempre adultas, maduras? Qual o risco de

ambas serem infantis? Não serem completas? Qual o risco de uma posição “em desenvolvimento”? Aqui talvez resida uma parte da questão, estar em desenvolvimento significa estar à mercê, principalmente de um outro. O que tanto filósofos quanto sofistas não desejam é estar num estado de heteronomia, diríamos modernamente, ou seja, estar numa posição em que seus discursos e ações necessitassem estar submetidos a outros. A busca de ambos é pela hegemonia. A disputa é política, afinal. Nenhum argumento é aqui “ingênuo” politicamente. Aliás, como nenhum uso conceitual. Não usamos os conceitos, como pretendia a filosofia, desde Platão, de forma apenas “racional”, não combativa, valendo-se apenas da sua urgência lógica. Portanto, o que está em jogo nos usos e tonalidades do conceito de infância por ambas as partes em *Górgias* é um uso estratégico. A infância é recusada por ambas porque aceitá-la seria recusar a hegemonia, correr da disputa. Tudo o que tanto sofistas quanto filósofos não querem é colocar o seu saber num lugar secundário, à mercê de um outro saber que lhe seja superior e que lhe ensine. A infância é, assim, para ambos, esse lugar incômodo em que, por ingenuidade, a ilusão passa por real. Ser encerrado aí é dizer que o seu saber viu pouco, viu falso ou não viu o que realmente existe. A luta política entre filósofos e sofistas é, portanto, uma luta pelo que existe. Quem vê mais, filósofos ou sofistas? Quem sabe como o mundo é, a filosofia ou a retórica? A que mundo nos voltamos, o dos filósofos ou o dos sofistas? A quem nos submeteremos para aprender o que seja o mundo? Ser infantil aqui é recusar o papel de professor, justamente o papel em disputa na luta entre filósofos e retóricos.

O retorno da infância filosófica: necessidade pedagógica platônica

E a pedagogia platônica explicita-se justamente ao final do diálogo, ao mostrar aos seus concidadãos o erro em se matar Sócrates. Depois de Cálicles vaticinar o perigo pelo qual Sócrates correria ao não lisonjear o povo, ao não ser um sofista, isto é, justamente ser levado a um tribunal e ser morto, Platão pode demonstrar mais uma vez em seus diálogos o erro que viriam a cometer os atenienses. Como diz o próprio Sócrates, isso só demonstra que “serei julgado como o seria um médico num tribunal de crianças, acusado por um cozinheiro” (*Górgias*, 521e). A primeira imagem da infância volta à tona, agora explicitando o verdadeiro risco daquela infância. É o filósofo Sócrates que está sob risco de

a luta pedagógica-política entre retórica e filosofia: em busca de um conceito de infância para aprisionar o outro

morte e é a própria filosofia que pode ser condenada pelas crianças, isto é, pelos sofistas e por aqueles que neles acreditam, ou seja, a Atenas do século V a.C. Atenas foi infantil ao matar Sócrates, é somente isso que Platão pretende mostrar ao final. Infantil por duas razões. Primeiro, do ponto de vista do fato, porque de nada adianta a voz levantada pela filosofia, por Sócrates, a essas crianças que só entendem argumentos de prazer e de aparência. Se diante da acusação dos cozinheiros (sofistas) o médico (filósofo) retrucasse: “Tudo isto eu fiz, crianças, no interesse de vossa saúde” (ibid., 522a), de nada adiantaria. A saúde ou a justiça, alegada no caso real de Sócrates, não seriam entendidas pelas crianças que só as entendem pela aparência, ou seja, saúde por prazer e justiça por convenção. Com o que chegamos ao segundo ponto de infantilidade da Atenas do século V a.C. A cidade foi infantil também porque não compreendeu que existem dois mundos e de que nada adianta julgar e condenar neste mundo se o julgamento que importa é o que nos espera depois da morte. Os atenienses foram infantis porque pretenderam livrar-se de um problema, como uma criança que deseja livrar-se com a maior rapidez de um brinquedo que não quer mais, e esqueceram de que não adianta apenas jogar fora o corpo do boneco, no caso Sócrates, se a sua alma persistirá e justa e correta habitará o que Platão chama da Ilha dos Bem-Aventurados, um lugar paradisíaco do Hades. Foram ingênuos. E o que conforta Sócrates, que o fará aceitar a morte, é justamente saber que não é ingênuo, que sabe que a vida não acaba com a morte do corpo e que a pertinência dos princípios que alega em sua filosofia para fundamentar nossas ações são os princípios pelos quais a alma será julgada. Por mais que possamos ver em Sócrates uma criança que brinca, o que lhe conforta na morte é não se ver numa posição infantil, de ingenuidade. Sócrates é um homem maduro, correto e experiente. Infantil é a cidade, que promulgou uma morte desnecessária.

O que significa “infância” é desde então uma questão a que todo discurso deve se voltar. Elogiar ou desqualificar a infância faz parte, portanto, desde sempre, das disputas entre os saberes pela hegemonia pedagógica das cidades, dos povos. A infância é, assim, o calcanhar de Aquiles da política, seja na Grécia, seja hoje.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓFANES. *Nuvens*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os pensadores)
- CASSIN, B. *O efeito sofístico*. São Paulo: edições 34, 2005.
- CASTELLO, L. A. *Oculto nas palavras: dicionário etimológico para ensinar e aprender*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. São Paulo: Loyola, 2003.
- KOHAN, W. *A infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio para uma filosofia do futuro*. São Paulo: Cia. das letras. 1996.
- LIMA, P. B. *Platão: uma poética para a filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- PLATÃO. *Protágoras, Górgias, O Banquete, Fedão*. Belém: EDUFPA, 2002.
- RANCIÈRE, J. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: edições 34, 1996.
- _____. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SCOLNICOV, S. *Platão e o problema educacional*. São Paulo: Loyola, 2006.
- SOFISTAS. *Testemunhos e fragmentos*. Lisboa: Imprensa nacional, 2005.
- VICENZI, V. B. *Fala, gesto, silêncio: uma questão pedagógica – a discussão entre sofistas e filósofos pelo sentido e poder de ensinar*, 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

Recebido em: 07/06/2010

Aprovado em: 24/06/2010